PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 590, DE 2000

REDAÇÃO FINAL

**Dá nova redação aos itens
7 e 8 das Normas de
Edificação, Uso e Gabarito
- NGB 52/89 - da Região
Administrativa do Plano
Piloto - RA I.**

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1° Os itens 7 e 8 das Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB 52/89 - passam a vigorar com a seguinte redação:

"7-PAVIMENTOS

- 7a. NÚMERO MÁXIMO: determinado pela altura máxima da edificação (item 8).
- 7b. SUBSOLOS(S): obrigatório(s) - destinados à garagem.
As rampas de acesso e os poços de iluminação e ventilação deverão se desenvolver dentro dos limites do lote. A área em subsolo (garagem) não será computada na taxa máxima de construção.
- 7c. COBERTURA: sobre a cobertura será permitida a construção de caixas d'água e casas de máquinas,

ficando autorizada a utilização de sua área restante para atividades culturais ou de lazer e ainda para depósitos e escritórios do condomínio, obedecidos os seguintes critérios:

I - não constituir unidade imobiliária autônoma;

II - ocupar, no máximo, 80% (oitenta por cento) da área total do último pavimento, não incluídos beirais ou platibandas com função de beiral com largura máxima de 1m (um metro);

III - manter, obrigatoriamente, afastamento mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) a partir do perímetro da laje de cobertura do último pavimento, incluídos elementos da edificação, tais como pérgulas, toldos, vedações, entre outros;

IV - ter altura máxima de 4m (quatro metros), contada a partir da laje de teto do último pavimento, excluídas as caixas d'água, casas de máquinas e demais instalações técnicas necessárias;

V - conter elementos de proteção em todo o perímetro da edificação, com altura máxima de 1,30m (um metro e trinta centímetros).

8-ALTURA DA EDIFICAÇÃO

A altura máxima da edificação, a partir da cota de soleira, fornecida pela Divisão de Topografia e Cadastro - DTC/DeU/SVO, é de 7m (sete metros), correspondente à parte mais alta da edificação, excluindo a cobertura, caixas d'água, casas de máquinas e demais instalações técnicas necessárias."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2000.